

Fernando Molica

STM e a licença para o golpe

Formado por dez oficiais-generais de quatro estrelas e por cinco civis, o Superior Tribunal Militar vai decidir se funcionários públicos fardados têm o direito de dar golpe de Estado e se a tentativa de derrubada da democracia é algo digno de ser feito por um oficial das Forças Armadas.

A eventual não expulsão de Jair Bolsonaro e dos quatro oficiais que estiveram entre seus principais cúmplices mostrará que a elite das FFAA considera admissível o comportamento golpista de militares.

Não há o que discutir: o ex-presidente, os generais Braga Netto, Paulo Sérgio Nogueira e Augusto Heleno e o almirante Almir Garnier foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal. Cabe ao STM respaldar a decisão da mais alta corte do país.

Segundo reportagem da Folha de S.Paulo, integrantes do STM admitem a possibilidade de não condenar dois dos golpistas condenados, Heleno e Nogueira. Isto, em reconhecimento ao longo período em que ambos integraram o Exército.

Ou seja, o que deveria servir de agravante — a experiência de dois oficiais-generais — ajudaria a livrá-los da constatação óbvia, a de que não são dignos de pertencerem às FFAA. Oficiais veteranos, deveriam saber o que eram impedidos de fazer.

Uma absolvição pelo tempo de serviço levaria à necessidade de criação de uma tabela: oficiais com 45 anos ou mais de caserna poderiam dar golpe de Estado; os que tiverem entre 40 e 45 seriam autorizados a xingar presidentes de poderes, e assim sucessivamente.

Como frisou o procurador-geral da Justiça Militar, Cláudio Roberto de Bortoli, os condenados, entre outros crimes militares, demonstraram não

respeitar o princípio fundamental de acatamento das autoridades civis. Segundo ele, a organização criminosa tentou “inverter a lógica constitucional” que determina a submissão dos militares ao poder civil.

Quase 137 anos depois do golpe que implantou a República, muitos militares ainda não entendem que são funcionários do povo brasileiro, que paga seus estudos, salários, fardas e armas. Os cidadãos é que, por seus representantes eleitos, determinam as tarefas que eles devem cumprir.

Como mostram as investigações, a conspiração golpista de Bolsonaro só prosperou graças à existência de uma espécie de sentimento de tutela de militares em relação à sociedade. A permanência desta sombra sobre nossa democracia foi preservada pelo processo de redemocratização, pela não punição de torturadores e dos responsáveis pelo atentado terrorista ao Riocentro, praticado depois da anistia de 1979 e arquivado graças a uma tabelinha entre o Exército e a Justiça Militar.

A leniência do STM com Bolsonaro, que, em 1988, foi absolvido por nove votos a quatro da acusação de tramar atentados contra, inclusive, instalações militares também entra no pacote de fatores que contribuíram para a permanência dessa tentação golpista em quartéis.

Os ministros civis e militares do STM precisam demonstrar, de maneira unânime, que a usurpação do poder não é admissível, que a tentativa de golpe é um crime contra o país e que afeta a hierarquia, princípio básico e essencial em qualquer força armada. Diferentemente do que houve no caso do Riocentro e em 1988, o corporativismo e a tolerância com a ilegalidade não poderão sair vitoriosos.

Tales Faria

Governo está dividido sobre vetos aos exageros salariais do Congresso

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está recebendo, de seus articuladores políticos, conselhos que vão em direções opostas a respeito dos projetos aprovados pelo Congresso nesta terça-feira, 3.

Os textos reajustam salários dos servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e preveem acréscimos anuais no vencimento básico entre 2026 e 2029. Abrem brechas para pagamentos acima do teto salarial estabelecido pela Constituição. Também chamam atenção por concederem folgas para os servidores que podem chegar a um dia parado para cada três trabalhados.

À coluna, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), defendeu que o presidente da República deve vetar os itens dos projetos que “extrapolem o teto” constitucional do funcionalismo. São os chamados “extra-tetos”.

A opinião do líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), é diferente. Segundo ele, o chefe do Executivo não deve entrar em um assunto que cabe somente aos parlamentares. “Vetar por quê? Isso é uma questão que cabe ao Congresso”, argumentou.

Ambos os líderes são encarregados de aconselhar o presidente nos assuntos referentes à articulação política com o Congresso. O que significa que a discussão sobre o voto ainda vai dar panos para mangas dentro do governo antes de uma decisão final.

Os projetos foram fruto de um acordo fechado discretamente entre os líderes partidários e as lideranças sindicais dos servidores do Congresso. Le-

vados aos plenários da Câmara e do Senado no final da tarde da terça-feira, foram aprovados às pressas, com voto simbólico em boa parte dos textos. Estabeleceram reajustes acima da inflação, que variam de 8% a 9,25%.

Criaram uma Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico que pode chegar a 100% do vencimento básico dos funcionários e não está sujeita ao teto salarial do funcionalismo público, atualmente fixado em R\$ 46.366,19.

Além disso, os parlamentares decidiram que os seus servidores terão, no mínimo, um dia de folga a cada dez dias trabalhados, podendo chegar a um dia de folga a cada três trabalhados. E a folga poderá ser indenizada, ou seja, os servidores poderão receber o benefício em dinheiro.

Além do reajuste para o Legislativo, a Câmara também aprovou projetos com impacto fiscal em 2026 de cerca de R\$ 4,3 bilhões, segundo o governo.

O problema é que os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), participaram ativamente das articulações para aprovação dos textos. Caso o presidente da República vete os textos, estará entrando em choque com os dois, além dos líderes governistas e da oposição.

Na cerimônia de abertura do ano legislativo, na segunda-feira, 2, Motta e Alcolumbre fizeram questão de marcar em seus discursos que, embora pretendam não entrar em choque com o Judiciário e o Executivo, marcarão sua atuação pela defesa de temas corporativos do Congresso. Isso inclui emendas parlamentares, salários e demais verbas.

Cesar Miranda Ribeiro*

Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro: Guardião da Memória Cultural Brasileira, de 1965 à Nova Era em 2026

A trajetória do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, confunde-se com um dos períodos mais significativos da história cultural brasileira. Criado em 1965, em meio a profundas transformações políticas, sociais e artísticas, a instituição consolidou-se ao longo de seis décadas como um dos principais guardiões da memória audiovisual do país, atravessando gerações e renovando permanentemente seu papel cultural.

Desde a origem, o MIS ultrapassou os limites de um museu tradicional. Tornou-se espaço estratégico de articulação entre políticas públicas, projetos culturais e a necessidade permanente de preservar, interpretar e difundir a identidade de um Brasil plural, diverso e em constante transformação. Música, cinema, fotografia, rádio e audiovisual passaram a ocupar lugar central como formas de expressão, registro histórico e resistência cultural.

O contexto de 1965 foi determinante para o surgimento da instituição. Em um período marcado por tensões políticas e intensa efervescência artística, a criação do MIS respondeu à urgência de registrar vozes, sons e imagens que ajudassem a compreender o Brasil de então e a projetar sua memória para o futuro. A atuação de Carlos Lacerda, então governador do extinto Estado da Guanabara, foi decisiva nesse processo, ao defender uma visão inovadora de acesso à cultura e de modernização das instituições culturais.

Ao longo dos anos, foi criada a Fundação MIS, com duas sedes, Praça XV e Lapa, que estruturou um acervo de quase um milhão de itens de valor inestimável, resultado da confiança depositada por grandes artistas, intelectuais e famílias que escolheram a instituição para a guarda de suas coleções.

Depoimentos históricos, arquivos sonoros, registros audiovisuais e documentais passaram a compor um patrimônio que preserva para a posteridade vozes fundamentais da cultura brasileira, como Pixinguinha, Clarice Lispector, Pelé entre mais de mil nomes que ajudaram a construir o imaginário cultural do país.

Esses depoimentos, projeto criado pelo nosso primeiro diretor executivo, Ricardo Cravo Albin em 1966, mais do que registros históricos, constituem uma herança viva. São fontes primárias que alimentam pesquisas, produções acadêmicas, roteiros cinematográficos, documentários e novas narrativas culturais, mantendo o MIS como referência para pesquisadores, cineastas, roteiristas e

criadores contemporâneos. A dimensão acadêmica do museu permanece ativa e pulsante, abastecendo continuamente a produção de conhecimento e conteúdo para a sociedade.

A evolução institucional da Fundação MIS foi marcada por constantes transformações estruturais, conceituais e tecnológicas. A incorporação de novas tecnologias trouxe maior dinamismo à preservação, à digitalização e ao acesso aos acervos, ampliando o alcance das coleções e garantindo sua salvaguarda para as futuras gerações, sem perder de vista o compromisso com a integridade histórica dos registros.

Nesse percurso de atualização e expansão, a criação da Rádio MIS RJ, em 2021, representa um marco contemporâneo. A rádio Web, vinculada à Fundação MIS, alcança hoje mais de 100 países, levando a cultura fluminense e brasileira para além das fronteiras nacionais e reafirmando o papel da instituição como difusora da memória e da produção cultural do Rio de Janeiro e do Brasil no cenário global.

O presente projeta-se de forma ainda mais significativa para o futuro com a chegada da nova sede do MIS em Copacabana, prevista para 2026. A retomada e a conclusão das obras, conduzidas pelo Governo do estado do Rio de Janeiro, sob a liderança da secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, Danielle Barros do secretário da Casa Civil, Nicola Miccione e com o apoio decisivo do governador Cláudio Castro, representam um marco

histórico. Trata-se não apenas de um novo edifício, mas da consolidação de um projeto cultural que conecta passado, presente e futuro.

A nova sede simboliza a continuidade de um legado iniciado em 1965, agora ampliado por tecnologias, novas formas de acesso, intercâmbio cultural e maior integração com a cidade e com o mundo. A Fundação MIS reafirma se, assim, como patrimônio vivo, em permanente renovação, onde memória e inovação caminham juntas para fortalecer a identidade coletiva e inspirar novas gerações.

Entre 1965 e 2026, a Fundação MIS permanece fiel à sua missão: preservar, difundir e projetar a cultura fluminense e brasileira, garantindo que as vozes do passado sigam dialogando com o presente e orientando os caminhos do futuro.

*Jornalista profissional e radialista, especialista em TI-E-commerce.